

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAÍS DO ESTADO PARANÁ**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022

PRAZO: de 12 de julho de 2022 a 11 de julho de 2023

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAÍS DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 11.058.472/0001-11, com endereço a Rua Claudino dos Santos, 128, centro, Coronel Vivida – PR, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Presidente Sr. **Anderson Manique Barreto**, portador do CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa **INDÚSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Doutor Pedro Bentivoglio Filho, 30 – Distrito Industrial, na cidade de Andradina (16.902-170), Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 58.619.644/0001-42, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Antonio Tozzi**, portador do CPF sob o nº 085.220.168-01 e RG nº 18.506.183, a seguir denominada DETENTORA, (CONTATOS: (18) 3722-4671 / mutpneus@terra.com.br), vencedora da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022**, do tipo menor preço por LOTE, para o “**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS RECAPAGENS DE PNEUS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO PINHAÍS COM SEDE EM CORONEL VIVIDA – PR**”, fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3262 e 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, **Decreto Federal nº 10.024/2019** e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para “**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS RECAPAGENS DE PNEUS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO PINHAÍS COM SEDE EM CORONEL VIVIDA – PR**”, de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição e conforme discriminado nesta.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, **de 12 de julho de 2022 a 11 de julho de 2023**.

Parágrafo Segundo: O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

**MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801**

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:19:26 -03'00'

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

Parágrafo Primeiro: As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação de toda a quantidade e conseqüentemente do seu pagamento.

Parágrafo Segundo: A empresa detentora deverá atender as solicitações do Consórcio, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro: A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para as aquisições pretendidas, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

Parágrafo Quarto: A quantidade estimada foi determinada com base no número de veículos e máquinas existentes e em relatório de utilização dos serviços, referente ao ano anterior. As quantidades são estimadas, serão utilizadas de acordo com a necessidade e interesse do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade do Consórcio, mediante consulta prévia ao Contratante.

Parágrafo Segundo: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DE ENTREGA

Os prazos, local e condições de entrega estão fixados detalhadamente no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II alíneas “a” e “b” e art. 76 da Lei n.º 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

I - RECEBIMENTO PROVISÓRIO: No momento da entrega e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade das embalagens, lacres, etc.

II - RECEBIMENTO DEFINITIVO: Ocorrerá em, no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, pelo departamento requisitante e constará de:

a) Verificação da conformidade com a quantidade requisitada o adequado funcionamento do objeto a ser recebido e se a especificação atende plenamente aos requisitos, de forma aderente aos termos contratuais.

b) O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo ou recibo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:19:42 -03'00'

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ

Parágrafo Segundo: Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a detentora se obriga a substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação da detentora, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

Parágrafo Terceiro: A detentora deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).

Parágrafo Quarto: Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum material constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

Parágrafo Quinto: Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Parágrafo Sexto: A fiscalização por parte do Consórcio e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Detentora pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como, pelos danos prejuízos ao Consórcio ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços.

Observação: A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da detentora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

Parágrafo Segundo: Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

Parágrafo Terceiro: Autorizada qualquer das hipóteses retro, a detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

Parágrafo Primeiro: Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência da ata de registro de preços, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, informando o Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

Parágrafo Segundo: Certificar-se preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ**

Parágrafo Terceiro: Fornecer os materiais em estrita conformidade com as especificações da sua proposta e do Edital, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto: No valor já deverão estar considerados e inclusos: lucro, custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto e todos os insumos inerentes à sua execução, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

Parágrafo Quinto: Comunicar imediatamente e por escrito, o Consórcio, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

Parágrafo Sexto: Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, de acordo com as especificações contidas no Edital, devendo a detentora restituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 20 (vinte) dias (Art. 69º, Lei 8.666/93).

Parágrafo Sétimo: Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou proposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Oitavo: A Detentora deverá observar rigorosamente as normas técnicas, regulamentadoras, de segurança, de higiene, medicina do trabalho e ambientais.

Parágrafo Nono: Apresentar o(s) funcionário(s), devidamente uniformizado(s) e identificado(s) por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) ao(s) seu(s) funcionário(s) e preposto(s).

Parágrafo Décimo: Observar o cumprimento dos prazos estipulados.

Parágrafo Décimo Primeiro: Não manter em seu quadro de pessoal, menores de idade, em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Parágrafo Décimo Segundo: Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº: 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

Parágrafo Décimo Terceiro: Cumprir com as demais obrigações constantes do presente Edital, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro: Designar pessoa responsável para receber e conferir o(s) material(is), solicitado(s) e o(s) mesmo(s), deverá(ão) estar em conformidade com o objeto solicitado na Nota de Empenho.

Parágrafo Segundo: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora.

Parágrafo Terceiro: Notificar formal e tempestivamente a Detentora, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAÍS DO ESTADO PARANÁ

Parágrafo Quarto: Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

Parágrafo Quinto: Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto desta ata de registro de preços, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

Parágrafo Sexto: Comunicar à Detentora qualquer irregularidade manifestada durante a vigência da ata de registro de preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Parágrafo Sétimo: Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora.

Parágrafo Oitavo: Permitir que os funcionários da Detentora tenham acesso aos locais de entrega dos produtos solicitados.

Parágrafo Nono: Proceder ao recebimento provisório dos materiais e, não havendo mais pendências, a administração promoverá o recebimento definitivo dos materiais, nos termos da Lei 8.666/93, em seu artigo 73, inciso II.

Parágrafo Décimo: Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Detentora, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

Parágrafo Décimo Primeiro: Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil, do mês subsequente a entrega dos produtos solicitados, mediante conferência e aceitação pelo Departamento Competente, apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo: A Nota Fiscal deverá ser impressa de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme, contendo o total para cada produto e/ou serviço. A nota fiscal não deverá apresentar rasuras e/ou entrelinhas e deverá ser atestada pelo gestor e fiscal da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro: A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (FEDERAL) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório.

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE.

Parágrafo Quinto: Em caso de atraso de pagamento, desde que a detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sexto: Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

Parágrafo Sétimo: Os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de depósito na conta bancária de titularidade da empresa detentora.

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAÍS DO ESTADO PARANÁ**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias especificadas abaixo:

ÓRGÃO: 02 – DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO UNIDADE: 01 – Administração de Infraestrutura Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.39.01 – Pneus Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.39.02 – Câmaras de Ar Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.39.99 – Outros Materiais para Manutenção de Veículos Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.19.99 – Outros Serviços de Manutenção de Veículos							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
03	02/01	001	2.002	Infraestrutura Urbana e Rural 02.001.26.782.0002.2.002	44	97	3.3.90.30.39.01
						99	3.3.90.30.39.02
						84	3.3.90.30.39.99
						83	3.3.90.39.19.99

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

Parágrafo Segundo: Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

Parágrafo Terceiro: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo Quarto: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quinto: Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:20:34 -03'00'

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Consórcio poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente a ata de registro de preços, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à detentora as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo: A ata de registro de preços poderá ser rescindida pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: Será automaticamente extinto a ata de registro de preços quando do término do prazo estipulado e/ou prazo de garantia e não ocorrendo o acordo de prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA ANTICORRUPÇÃO

As licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução da ata de registro de preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente ata de registro de preços, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta ata de registro de preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO GESTOR DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O contratante reserva-se o direito de cobrar da detentora e a detentora obriga-se a fornecer ao contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta ata, bem como a facilitar ao contratante a fiscalização da entrega dos produtos ora contratados.

Parágrafo Segundo: O contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a ata, caso a detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta ata.

Parágrafo Terceiro: O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

Parágrafo Quarto: A fiscalização do contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.

Parágrafo Quarto: Caberá à gestão da ata o Encarregado do Consórcio Pinhais, **Sr. Edilberto Andre Ribas**, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta ata.

Parágrafo Quarto: A fiscalização da ata caberá ao fiscal, **Sr. Valdevino Brum**, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da mesma.

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:20:49 -03'00'

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAÍS DO ESTADO PARANÁ**

Parágrafo Quarto: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo Quarto: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Quarto: Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

Parágrafo Quarto: Por força do contido no Artigo 68, da Lei nº 8.666/93, a detentora, por ocasião da assinatura desta ata, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta ata, para representa-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Parágrafo Primeiro: Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo: As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.

I - As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

Parágrafo Terceiro: A multa imposta a detentora ou licitante, poderá ser:

- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da ata de registro, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ

correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.

I - 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela detentora ou nos casos de rescisão da ata de registro de preços, calculada sobre a parte inadimplida.

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Quarto: A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Parágrafo Quinto: Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da ata de registro de preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe a vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

Parágrafo Sexto: O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotado no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Eletrônico nº 01/2022** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

Parágrafo Segundo: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

Parágrafo Terceiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Consórcio, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

Parágrafo Quarto: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:21:28 -03'00'

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ**

Parágrafo Quinto: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 11 de julho de 2022.

ANDERSON MANIQUE
BARRETO:96731109991

Assinado de forma digital por
ANDERSON MANIQUE
BARRETO:96731109991
Dados: 2022.07.11 17:00:39 -03'00'

.....
Anderson Manique Barreto
Presidente
CONTRATANTE

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:21:49 -03'00'

.....
Marcio Antonio Tozzi
Indústria e Comércio Mut Pneus Ltda
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de pneus, câmaras, protetores e recapagens de pneus necessários à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes ao Consórcio Pinhais com sede em Coronel Vivida - PR, conforme especificações, estimativas e exigências descritas abaixo.

LOTE 05 – RECAPAGEM 17.5X25 BORRACHUDO RADIAL						
LOTE	ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
5	1	20,0	UN	Recapagem	1.127,27	22.545,40
5	2	30,0	UN	Vulcanização	246,14	7.384,20
5	3	80,0	UN	Conserto na Recapagem VD 01	11,61	928,80
5	4	80,0	UN	Conserto na Recapagem VD 02	15,69	1.255,20
5	5	80,0	UN	Conserto na Recapagem VD 04	18,89	1.511,20
5	6	80,0	UN	Conserto na Recapagem VD 08	35,86	2.868,80
5	7	80,0	UN	Conserto na Recapagem VD 09	42,35	3.388,00
5	8	80,0	UN	Conserto na Recapagem VD 10	51,48	4.118,40
VALOR TOTAL ESTIMADO						44.000,00

(quarenta e quatro mil reais)

1.2. DA JUSTIFICATIVA PARA O REGISTRO DE PREÇOS:

1.2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à contratação futura de produtos e/ou serviços, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

1.2.2. Através deste tipo de licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde a empresa vencedora manterá seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis em caso necessite, o Município de Coronel Vivida efetuará as contratações do objeto, nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

1.2.3. As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação de toda a quantidade e consequentemente do seu pagamento.

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:22:09 -03'00'

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ

1.2.4. A empresa detentora deverá atender as solicitações do Consórcio, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

1.2.5. A existência do registro de preços não obriga o Consórcio a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para as aquisições pretendidas, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

1.2.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

1.3. DA JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO:

1.3.1. Tendo em vista a necessidade de manutenção das máquinas e caminhões, da frota do Consórcio, sendo de fundamental importância à aquisição dos pneus, câmaras, protetores e recapagens de pneus especificadas neste termo para o funcionamento e segurança dos mesmos.

1.3.2. A quantidade estimada foi determinada com base no número de veículos e máquinas existentes. As quantidades são estimadas, serão utilizadas de acordo com a necessidade e interesse do Consórcio.

2. DA AVALIAÇÃO DO CUSTO:

2.1. O custo total estimado do presente processo é de R\$ 1.256.578,69 (um milhão duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos), sendo que, após a fase de lances e negociação chegou-se ao valor total estimado conforme item 1 deste termo de referência.

2.2. Para a ponderação dos custos foram realizadas pesquisas diretamente com empresas do ramo, bem como, através de propostas praticadas em licitações com o mesmo objeto, compondo-se a estimativa de preços da planilha em anexo.

2.3. Houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado. Foram empregados contratos/atas de registro de preços de contratações similares de outros entes públicos, tendo como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços.

2.4. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade, sendo assim desconsideramos valores muito acima ou muito abaixo dos demais para que não obtivéssemos valores equivocados dentro do processo, tanto sobrepreços como inexecutableis.

3. DOS CRITÉRIOS:

3.1. Da modalidade: Pregão.

3.2. Licitação do Tipo: Menor Preço.

3.3. Critério de Julgamento: Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério "MENOR PREÇO POR LOTE", observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

3.4. Licitação para Ampla Concorrência:

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:22:29 -03'00'

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAÍS DO ESTADO PARANÁ**

3.5. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO AOS ART. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14. Neste certame não será aplicável, a exclusividade, benefício ME, EPP, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, exceção contemplada pelo art. 49 da mesma lei, inciso III: o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

3.6. O Tribunal de Contas se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido:

"... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto". (g.n).

3.7. Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.

3.8. A possibilidade de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá representar prejuízos e pela particularidade do objeto a Administração está primando pela padronização, celeridade na entrega e praticidade em administrar poucos contratos.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora.

4.2. Conferir no ato da entrega, através dos Gestores e Fiscais designados e caso haja alguma divergência com o objeto solicitado e o entregue, solicitar a reposição ou correção imediata.

4.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

4.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

4.5. Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

4.6. Comunicar à Detentora qualquer irregularidade manifestada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

4.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora.

4.9. Permitir que os funcionários da Detentora tenham acesso aos locais de descarga dos materiais impressos.

4.10. Fornecer a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Detentora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

4.11. Cumprir demais obrigações constantes do presente Termo de Referência, Edital, anexos e ata de registro de preços.

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:

- 5.1. A detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 5.2. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 5.3. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 5.4. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 5.5. Efetuar a entrega do objeto com pontualidade, atendendo a todas as condições estabelecidas.
- 5.6. Todas as despesas com transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da Detentora.
- 5.7. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 5.8. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto da licitação.
- 5.9. A Detentora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos/ serviços executados, de acordo com as especificações contidas no Edital, devendo a detentora restituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 20 (vinte) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).
- 5.10. Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos após a assinatura da Ata de Registro de Preços sem a devida justificativa. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca licitada, deve-se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços, os quais, analisaram o pedido e se, a marca atender ao descritivo ou for superior ao exigido, poderá ser então, aceita a troca, mediante termo aditivo.
- 5.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.
- 5.12. A Detentora deverá observar rigorosamente as normas regulamentadoras, sanitárias, de segurança, ambiental, de higiene e medicina do trabalho.
- 5.13. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou prepostos à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovado sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o art. 70 da lei 8.666/93.
- 5.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da ata de registro de preços, sem prévia e expressa anuência da Administração do Consórcio, e em tudo o que seguir as diretrizes da Administração.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ

- 5.15. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 5.16. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 5.17. As notificações referidas neste item, deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao Gestor e/ou Fiscal da ata.
- 5.18. Todos os casos atípicos não mencionados neste Termo de Referência, edital ou ata de registro de preços, deverão ser apresentados ao Gestor e/ou Fiscal da Ata para sua definição e determinação.
- 5.19. Cumprir demais obrigações constantes do presente Termo de Referência, Edital, anexos e ata de registro de preços.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 6.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da Ata de Registro de Preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.
- 6.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subdetentora obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.
- 6.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

7. DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- 7.1. Os produtos e serviços, objeto desta contratação, deverão ser entregues no prazo máximo **07 (sete) dias** corridos a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho. As entregas e recolhimento deverão ser no local onde o equipamento estiver trabalhando ou nas Oficinas Mecânicas dos Municípios Consorciados, sendo em: Coronel Vivida, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Itapejara D'Oeste, São João e Verê, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga correrão por conta da empresa vencedora e prestadora dos serviços.
- 7.1.1. O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pela proponente e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Consórcio.
- 7.2. O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o Consórcio a contratá-las.
- 7.3. A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Consórcio Pinhais, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.
- 7.4. O recebimento dos produtos e serviços passará por análise dos mesmos, pelo fiscal/gestor, que deverá verificar a quantidade e qualidade e se o mesmo atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência, para a aceitação definitiva.
- 7.5. Os produtos e serviços objeto desta licitação deverão ser entregues/executados conforme descrição do item/lote ganho, correndo por conta da detentora as despesas de

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:23:39 -03'00'

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ

transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução dos mesmos.

7.6. Os recapes devem ser nas mesmas dimensões dos pneus constantes no edital, devendo ficar perfeitos sem faltas ou sobras, não sendo admitidas largura ou espessura inferior ou superior ao padrão.

8. DAS COMPROVAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PARA OS LOTES DOS PNEUS – (APRESENTAR PELO MENOS UM DOS COMPROVANTES ABAIXO).

8.1. Certificado do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados

8.2. Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, juntamente com a declaração vinculada a empresa vencedora do certame que cite a marca do produto a ser comercializado.

8.3. Prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega dos pneus, mediante apresentação de declaração de ciência.

8.4. Prazo de garantia de 05 (cinco) anos, mediante apresentação de documento pertinente, assegurando conforto, estabilidade e segurança à administração.

8.5. As comprovações acima são exigidas considerando o Acórdão nº 1.045/2016 – TCE-PR – Tribunal Pleno, o qual faz recomendações aos entes públicos em relação às exigências válidas para a aquisição de pneus.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, apresentação da respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo fiscal e gestor da Ata de Registro de Preços.

9.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.3. O pagamento será realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

9.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO

TOZZI:08522016801

Dados: 2022.07.13 16:24:07 -03'00'

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ**

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Conforme princípio do planejamento integrado, em anexo.

10.2. Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.

11. DA ANTICORRUPÇÃO:

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Termo de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Termo de Referência, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Referência, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. O contratante reserva-se o direito de cobrar da detentora e a detentora obriga-se a fornecer ao contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta ata, bem como a facilitar ao contratante a fiscalização da entrega dos produtos ora contratados.

12.2. O contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a ata, caso a detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta ata.

12.3. O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.4. A fiscalização do contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.

12.5. Caberá à gestão da ata o Encarregado do Consórcio Pinhais, Edilberto André Ribas, Resolução n° 104 de 20 de julho de 2021, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta ata.

12.6. A fiscalização da ata caberá a fiscal, ao servidor Valdevino Brum, Resolução n° 105 de 02 de agosto de 2021, a quem compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando a gestão as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da mesma.

12.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO

TOZZI:08522016801

Dados: 2022.07.13 16:24:40 -03'00'

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO PARANÁ**

imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

12.9. Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

12.10. Por força do contido no Artigo 68, da Lei nº 8.666/93, a detentora, por ocasião da assinatura desta ata, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta ata, para representá-la sempre que for necessário.

Declaração do Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Edilberto Andre Ribas
Gestor

Valdevino Brum
Fiscal

Coronel Vivida, 06 de abril de 2022.

De acordo e ciente dos itens do Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao processo licitatório.

Coronel Vivida, 11 de julho de 2022.

ANDERSON MANIQUE
BARRETO:9673110999
1
Assinado de forma digital por
ANDERSON MANIQUE
BARRETO:96731109991
Dados: 2022.07.11 17:00:59 -03'00'

Anderson Manique Barreto
Presidente
CONTRATANTE

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2022.07.13 16:25:13 -03'00'

Marcio Antonio Tozzi
Indústria e Comércio Mut Pneus Ltda
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....

INSCRIÇÃO DE CAMARÃO PÚBLICO Nº 045022
Ministério do Governo do Paraná, Instituto do Cadastro Jurídico do Paraná...

CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA-ESTADO DO PARANÁ
ATOS CONCESSÃO DE DIÁRIAS PAGAS NO MÊS DE JUNHO DE 2022

Conforme Resolução Administrativa do Ministério Público do Estado do Paraná nº 064/2011...

Ata nº Legislativa nº 018/2022 de 20 de junho de 2022. Beneficiário: Jovencio de Macedo CPF nº...

Ata nº Legislativa nº 020/2022 de 20 de junho de 2022. Beneficiário: Jovencio de Macedo CPF nº...

Ata Legislativa nº 020/2022 de 20 de junho de 2022. Beneficiário: Jorge Alberto Steinhilber CPF nº...

Ata Legislativa nº 021/2022 de 20 de junho de 2022. Beneficiário: Jorge Alberto Steinhilber CPF nº...

Ata Legislativa nº 022/2022 de 20 de junho de 2022. Beneficiário: Pedro Adolfo Kleinling CPF nº...

Ata Legislativa nº 023/2022 de 20 de junho de 2022. Beneficiário: Pedro Adolfo Kleinling CPF nº...

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE EDUCAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ - CIREOP
RESOLUÇÃO Nº 18/2022
TERMO DE RESPONSABILIDADE DE APLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 18/2022

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE EDUCAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ - CIREOP
EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA Nº 18/2022

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE EDUCAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ - CIREOP
TERMO DE RESPONSABILIDADE DE APLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 18/2022

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE EDUCAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ - CIREOP
TERMO DE RESPONSABILIDADE DE APLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 18/2022

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIÃO
SUDESTE PRIMA DO ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE ATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

Table with 4 columns: ATA DE REGISTRO, DETERMINAÇÃO, CNPJ Nº, VALOR ESTIMADO. Rows include ADICAO COMERCIO DE PNEUS EIRELI, IMPERIO PNEU E REPARAÇÕES LTDA, INDUSTRIA E COMERCIO BLENCO LTDA, etc.

PREFATURA MUNICIPAL DE SULINA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28 DE JUNHO DE 2022
CONTRATO Nº 28/2022

HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a contratação do objeto...

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: CENTRO OESTE COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ - 05.12.872.24.8/0001-03

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: BIESEN COMERCIO E DISTRIBUICAO DE BARRAS E BARRAS LTDA CNPJ - 04.133.427/0001-00

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: AR LIMP LTDA CNPJ - 31.814.486/0001-85

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: ARGOS LTDA CNPJ - 42.262.411/0001-09

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: CONSTRUTORA MULTIMATERIAIS LTDA CNPJ - 37.500.607/0001-04

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: ESPIDE - COMERCIO DE VESTUARIO E ELETRONOMETRICOS LTDA CNPJ - 02.308.785/0001-38

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: ESPIDE - COMERCIO DE VESTUARIO E ELETRONOMETRICOS LTDA CNPJ - 02.308.785/0001-38

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2022, DE 14 DE JUNHO DE 2022.
Contrato: GIOVANI LUBS E REPARAÇÕES CNPJ - 41.465.131/0001-05

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2022-PM
REFERENTE TOMADA DE PREÇO Nº 010/2022 - PMM

CONTRATANTE: Município de Manguieirinha
CONTRATADA: A. A. SANTOS DELLA VECCHIA ENGENHARIA

CNPJ: 28.103.153/0001-83

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de engenharia para execução sob regime de empreitada global (material e mão de obra) de 09 (Nove) casas populares em placas de concreto a pedido da Secretaria de Assistência Social, desta Municipalidade.

VALOR: R\$ 466.717,68 (quatrocentos e sessenta e seis mil setecentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos).

RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros decorrentes da contratação do objeto deste edital correrão a conta do Município de Manguieirinha no valor de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) alocados na dotação 06.01.1.022.4.4.90.51.00.00.00 (580), consignados no orçamento 2022.

PRAZO DE EXECUÇÃO: conforme edital
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de julho de 2022.
Manguieirinha, 08 de julho de 2022.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2022-PM
REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2022 - PMM

CONTRATANTE: Município de Manguieirinha
CONTRATADA: POLIMEDICIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA

CNPJ: 00.975.647/0001-39

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestar serviços de saúde e segurança do trabalho para atender a demanda das Secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais).

RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros decorrentes da referida locação correrão por conta do município de Manguieirinha, alocados nas dotações 05.01.2.006.3.3.90.39.00.00 (061), consignados no orçamento 2022.

PRAZO DE EXECUÇÃO: conforme edital
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de maio de 2022.
Manguieirinha, 30 de maio de 2022.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

MUNICIPIO DE FATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.287, DE 13 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 1º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 2º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 3º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 4º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 5º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 6º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 7º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 8º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 9º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

Art. 10º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 1º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 2º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 3º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 4º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 5º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 6º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 7º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 8º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 9º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 10º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 11º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 12º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 13º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 14º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 15º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 16º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 17º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 18º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 19º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 20º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 21º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 22º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 23º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 24º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 25º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 26º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 27º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 28º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 29º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 30º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 31º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 32º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

ART. 33º. Fim a existência, para o Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 2023, as ações propostas em Administração Pública Municipal, funções e atribuições de governo, metas e indicadores...

SER APRESENTADO NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.

* Amostras apresentadas até o dia 11 de julho de 2022 e analisadas pela Equipe Técnica da Secretaria de Educação, estando de acordo com o descritivo, atendendo todas as especificações sem ressalvas.

Chopininho, 13 de julho de 2022.

MARI LUCIA LAZAROTTO

Secretária M. de Educação Cultura e Esportes



Publicado por:

Roberto Alencar Przendziuk

Código Identificador: C7D04EA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO DO PARANÁ

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 01/2022. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus, câmaras, protetores e recapagens de pneus necessários à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes ao Consórcio Pinhais com sede em Coronel Vivida – PR. Prazo: de 12.07.2022 a 11.07.2023. Contratante: Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste Pinhais. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
01/2022	AGUIA COMERCIO DE PNEUS EIRELI	08.774.832/0001-77	34.680,00
02/2022	CV TYRES EIRELI	28.888.423/0001-09	348.320,00
03/2022	IMPERIO PNEUS E RECAPAGENS LTDA	36.445.798/0001-22	22.690,00
04/2022	INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA	58.619.644/0001-42	44.000,00
05/2022	MGB PNEUS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI	20.183.508/0001-80	30.864,16
06/2022	RECAPADORA FABRICA DOS PNEUS LTDA	04.895.855/0001-89	81.780,00
07/2022	RECAPADORA MARRECAES LTDA	05.689.415/0001-38	82.148,00
08/2022	SIMAO CIRINEU AQSENE & CIA LTDA	07.493.402/0001-14	83.478,08

Coronel Vivida, 11 de julho de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,

Presidente.

Publicado por:

Iana Roberta Schmid

Código Identificador: 9C34349B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 082/2022

PORTARIA N.º 082/2022

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Daniel Stopassoli		
Matrícula Funcional	19365-1	RG nº 12.977.388-0	CPF nº 093.842.339-86
Função	Professor de Educação Física		
Secretaria	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.		
Origem da viagem	Dois Vizinhos		
Destino da viagem	Alvorada do Sul		
Objetivo da viagem	Acompanhar atletas.		
Período	30/06/2022, 01, 02, 03, 04/07/2022		
Valor das diárias	R\$ 800,00 (oitocentos reais)		

Nome do servidor	Odirlei Galon		
Matrícula Funcional	19239-1	RG nº 7.214.857-6/PR	CPF nº 029.585.859-13
Função	Motorista		
Secretaria	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		